

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO
RECURSO IMPETRADO PELA EMPRESA
CHIOVETO CONSULTORIAS E INSTRUTORIAS
EMPRESARIAL E CONTABEIS LTDA ME
RELATIVO AO NÃO HABILITAÇÃO DE UM
PROFISSIONAL DE SUA EQUIPE TÉCNICA NO
PROCESSO DE SELEÇÃO DE EMPRESAS
CREDENCIADAS, NA FORMA DO EDITAL DE
CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS
PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE
CONSULTORIA E INSTRUTORIA NR 01/2017 –
SEBRAE/MT.**

A Presidente e Comissão de Avaliação do Sistema de Gestão de Fornecedores – SGF do SEBRAE/MT, instituída nos termos da Portaria nr 41/2017 e no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN n.º 213, de 18 de maio de 2011), apresenta devidamente instruída, sua análise com relação ao **RECURSO** requerido pela empresa **CHIOVETO CONSULTORIAS E INSTRUTORIAS EMPRESARIAL E CONTABEIS LTDA ME**.

1. DO RECURSO

Trata-se de Recurso impetrado pela empresa **CHIOVETO CONSULTORIAS E INSTRUTORIAS EMPRESARIAL E CONTABEIS LTDA ME** contra a não habilitação de um integrante da equipe técnica, Sr. LEANDRO GUIMARÃES TAVEIRA, por ausência de comprovação de Diploma, em descumprimento ao Edital de Credenciamento promovido pelo SEBRAE/MT.

O recurso foi recebida tempestivamente em 01/04/2018, via e-mail e no dia 02/04/2018, protocolou via física na sede do SEBRAE/MT.

A recorrente **CHIOVETO CONSULTORIAS E INSTRUTORIAS EMPRESARIAL E CONTABEIS LTDA ME** alegou em apertada síntese:

1. Que apresentou a comprovação de vínculo do profissional (cópia de carteira de trabalho) do indicado, sr. Leandro Guimaraes Taveira na data de 23/03/2018 e, que, em 01/04/2018 enviou, por e-mail, cópia de Atestado de Conclusão emitido pela instituição “MC Educacional (Poliensino)” bem como, posteriormente, em 02/04/2018 apresentou os referidos documentos, em mãos.
2. Em razão disso, solicitou a inclusão desse profissional em sua equipe técnica.

É o relatório.

2. DO JULGAMENTO

2.1 - PRELIMINARMENTE

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Mato Grosso – SEBRAE/MT é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob forma de serviço social autônomo, não fazendo parte do Poder Público, executando-se assim suas atividades calcadas em planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Cabe frisar que o **Sistema SEBRAE é regido pelo Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE**, publicado no D.O.U em 16/9/98 (atualização - D.O.U. em 26/05/2011), regulamento este que teve respaldo do EG. TCU – Tribunal de Contas da União, conforme se depreende da Decisão nº 907/97 - Plenário - Ata 53/97 - Processo nº TC 011.777/96-6 – Min. Lincoln Magalhães da Rocha:

“Portanto, é razoável que os serviços sociais autônomos, embora não integrantes da Administração Pública, mas como destinatários de recursos públicos, adotem, na execução de suas despesas, regulamentos próprios e uniformes, livres do excesso de procedimentos burocráticos...”.

Saliente-se, que em Sessão no TCU, em 23.03.98, o Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha comunicou o Tribunal que havia recebido a minuta do regulamento elaborada pelo "Sistema S" e que estava submetendo a um Grupo de Trabalho formado por servidos daquele Tribunal, lotados na 6º SECEX, 7º SECEX e SAUDI, e, que, feitas as adequações sugeridas pelo Grupo o Trabalho do TCU, "ocorreu nova reunião, com participação de integrantes do "Sistema S", onde consolidou-se uma Minuta de Regulamento de Licitações", conforme registrado pelo Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha no item 5 do seu VOTO, referente à decisão mencionada, levando-se em consideração que a minuta de Regulamento de Licitações Contratos foi submetida àquela Colenda Corte de Contas, em Sessão de 22.07.98 (Decisão nº 461/98-TCU-Plenário), através o processo TC-001.620/98-3, relatado pelo Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, tendo o Tribunal "recebido a minuta do Regulamento", integralmente transcrita no Relatório daquele eminente Ministro, publicado no D.O.U de 07.08.98, e ratificado o entendimento objeto da citada Decisão nº 907/97, considerando, também, que as 02 (duas) sugestões oferecidas pelo eminente Relator do processo TC 001620/98-3, constantes de seu Voto, foram inseridas de imediato no Regulamento.

Tudo isso para registrar, que desde 16/09/98, data da publicação no DOU, do Regulamento do Sistema SEBRAE, **é esse Regulamento, atualizado em 26/05/2011, que dá suporte legal às licitações e contratos**, de atos firmados pelo SEBRAE/MT e Sistema SEBRAE, **e não a Lei 8.666/93**.

2.2. DO MÉRITO

Sob a análise e julgamento do recurso, passamos a expor:

Que de fato ocorreu o saneamento tempestivo com relação a comprovação do vínculo do profissional, no entanto, a comprovação de escolaridade se deu de forma intempestiva, em data posterior a divulgação dos resultados.

A entrega da documentação referente a declaração de conclusão de curso apresentada pela empresa, ocorreu somente em 02/04/2018, ou seja, após o encerramento da fase de instrução e posterior divulgação do resultado (que ocorreu em 28/03/2018), no entanto, a apresentação intempestiva é vedada, pois eventual inclusão de novos documentos fere o princípio da igualdade entre os licitantes.

Em razão do exposto e não havendo motivos que justifiquem a retificação da decisão de não habilitação do profissional da empresa recorrente, esta Comissão de Avaliação do Sistema de Gestão de Fornecedores – SGF do SEBRAE/MT **recomenda** à Autoridade Competente considerar **IMPROCEDENTE** o recurso acima analisado, pelas razões expostas, permanecendo excluído o mesmo da equipe técnica habilitada.

Cuiabá/MT, 05 de Abril de 2018.

[Documento original assinado no processo]

Zaira Pereira de Melo

Presidente da Comissão CASGF do SEBRAE/MT

[Documento original assinado no processo]

Jonilson Anelli

Membro da Comissão CASGF

[Documento original assinado no processo]

Adriana Rodrigues da Silva

Membro da Comissão CASGF

Em 05 (cinco) de abril de 2018, eu Diretor Superintendente do SEBRAE/MT, após a análise, concordo com a recomendação da Comissão e considero **IMPROCEDENTE** o recurso apresentado pela empresa **CHIOVETO CONSULTORIAS E INSTRUTORIAS EMPRESARIAL E CONTABEIS LTDA ME**, adotando integralmente os fundamentos da comissão, **mantenho a decisão quanto a não habilitação do profissional.**

Cuiabá/MT, 05 (cinco) de abril de 2018.

[Documento original assinado no processo]

JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO

Diretor Superintendente do SEBRAE em Mato Grosso